

# IDENTIDADE E DIVERSIDADE NA (DES)CONSTRUÇÃO CULTURAL DE GÊNERO

IDENTITY AND DIVERSITY IN GENDER CULTURAL  
(DE)CONSTRUCTION

IDENTIDAD Y DIVERSIDAD EN LA (DES)CONSTRUCCIÓN  
CULTURAL DE GÉNERO

## SUMÁRIO:

1. Considerações iniciais; 2. O lugar da identidade na sociedade pluralista; 3. Forjando identidades; 4. O gênero enquanto manifestação cultural patriarcal; 5. A (des)construção das identidades de gênero; 6. Considerações finais; Referências.

## RESUMO:

Diversidade, identidade e diferença tornaram-se, nos últimos anos, temas centrais em sociedades multiculturais que buscam acentuar o caráter pluri-cultural da humanidade e requalificar o sentido de inúmeras experiências, em oposição à intolerância e à tentativa de homogeneização da vida social. O enfoque deste trabalho é apresentar uma reflexão sobre a relação entre gênero e identidade, a partir de referências culturais que estão difusas nos grupos sociais em que os sujeitos estão inseridos, sobretudo num cenário marcado por práticas que violam o princípio da dignidade humana, buscando, nesse sentido, evidenciar o lugar da identidade na sociedade pluralista.

## ABSTRACT:

Diversity, identity and difference have become, in recent years, central themes in multicultural societies that seek to accentuate the pluralist character of

Como citar este artigo:  
VERONESE, Osmar,  
BOHNENBERGER,  
Gustavo. Identidade  
e diversidade na  
(des)construção  
cultural de gênero.  
Argumenta Journal  
Law, Jacarezinho – PR,  
Brasil, n. 30, 2019,  
p. 131-155.

Data da submissão:  
28/11/2018

Data da aprovação:  
17/04/2019

1. Universidade  
Regional Integrada  
do Alto Uruguai e das  
Missões-Brasil  
2. Centro Universitário  
Luterano de Ji-Paraná-  
Brasil

humanity and to requalify the meaning of countless experiences in opposition to intolerance and any attempt to homogenize social life. The focus of this work is to present a reflection on the relationship between gender and identity based on cultural references that are diffused in the social groups in which the subjects are inserted, especially in a scenario marked by practices that violate the principle of human dignity, in this sense, to highlight the place of identity in pluralistic society.

#### **RESUMEN:**

Diversidad, identidad y diferencia se han convertido en los últimos años en temas centrales en sociedades multiculturales que buscan acentuar el carácter pluricultural de la humanidad y recalificar el sentido de innumerables experiencias, en oposición a la intolerancia y el intento de homogeneización de la vida social. El enfoque de este trabajo es presentar una reflexión sobre la relación entre género e identidad, a partir de referencias culturales que están difusas en los grupos sociales en que los sujetos están insertos, sobre todo en un escenario marcado por prácticas que violan el principio de la dignidad humana, buscando, en ese sentido, evidenciar el lugar de la identidad en la sociedad pluralista.

#### **PALAVRAS-CHAVE:**

Diversidade; gênero; identidade; multiculturalismo.

#### **KEYWORDS:**

Diversity; Genre; Identity; Multiculturalism.

#### **PALABRAS CLAVE:**

diversidad; género; la identidad; multiculturalismo.

### **1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

Ao longo do tempo, a humanidade passou por um processo gradativo de desenvolvimento social, político e cultural. Distintas especificidades da cultura humana evidenciaram-se na formação e na transformação de identidades. A convivência e coexistência de diferentes culturas possibi-

litaram a compreensão de que o respeito à diferença é fundamental para que a pluralidade de modos de vida e de ideias prevaleça, tendo em conta que o reconhecimento das diferenças é condição de um Estado Democrático, assim como da concretização da igualdade em seu sentido substancial.

Os recursos de inclusão e exclusão são próprios da afirmação da identidade. Todavia, o problema surge quando determinados grupos começam a afirmar-se como superiores, como um padrão de ‘normalidade’, desqualificando e negando as diferenças que marcam as demais identidades, como aconteceu no passado. A negação da diversidade existente, em nome da homogeneização, priva muitos grupos de direitos básicos. As organizações sociais contemporâneas, marcadas pela pluralidade, precisam firmar-se em estruturas capazes de garantir a proteção do sujeito humano acima de qualquer outra especificidade.

Com efeito, este artigo tem o escopo de analisar a identidade e a diversidade, buscando traçar uma compreensão do conceito de identidade na sociedade multiculturalista. Após, o tema a ser trabalhado é gênero, com ênfase na sua construção social e cultural. Em seguida, o trabalho analisa a (des)construção da identidade de gênero, destacando a diversidade e o reconhecimento do direito à diferença, a qual, no caldo específico da cultura do direito, é uma maximização que afirma lutas pelo reconhecimento. O direito à diferença tem como pressuposto a ideia de que todos são diferentes entre si, pois a alteridade e a diversidade são características intrinsecamente humanas.

## **2. O LUGAR DA IDENTIDADE NA SOCIEDADE PLURALISTA**

Na sociedade atual, o dinamismo das relações sociais, proporcionado pela facilidade da comunicação, pela alta circulação de informações e pela evolução das tecnologias de transporte de pessoas e mercadorias, permite que modos de vida sejam conhecidos e reconhecidos por um número maior de pessoas. Hall (2006, p. 69) resume: “o mundo é menor e as distâncias mais curtas, [...] os eventos em um determinado lugar têm um impacto imediato sobre pessoas e lugares situados a uma grande distância”. Desse modo, está-se em permanente interação com a diferença, com a diversidade.

É nesse contexto da sociedade da velocidade e da informação que o

estudo da identidade deve ser inserido, uma vez que seu conceito passou por inúmeras reformulações durante o século XX, possuindo hodiernamente um significado mais abrangente. Segundo Bauman (2005), a identidade é um retrato da vida na contemporaneidade, o que nos revela uma realidade que está em contínua mutação, ainda mais em um mundo marcado pelo processo de globalização, o que a torna um constante processo de reconstrução.

Tratar sobre identidade(s) significa abordar um tema bastante complexo e desafiador, uma vez que aconteceu uma “explosão discursiva em torno do conceito de identidades” (HALL apud SILVA, 2000. p. 103), a qual se materializa nas instituições, como a Família, a Igreja e o Estado, vigas mestras da vida social, que enfrenta uma crise motivada pela sociedade de massa moderna. Santos e Lucas lecionam que

A identidade tem-se transformado numa categoria central nas discussões políticas e teóricas do nosso tempo. O avanço da imigração, os conflitos religiosos, as demandas étnicas e nacionalistas, a nova gramática do corpo e suas múltiplas manifestações de natureza sexual, de gênero e cor, têm provocado um intenso movimento de afirmação e reconhecimento daquilo que se é em contraposição àquilo que se diferencia (2015, p. 139).

Tais discussões acontecem, especialmente, em momentos de choques culturais, resultantes de guerras, imigrações e atribuição/aquisição de hábitos culturais. Na academia, existia a preocupação de vincular a identidade à nacionalidade da pessoa, pois havia um vínculo dela com o território.

No entanto, atualmente, “com a explosão da visibilidade relacionada às diferenças existentes na sociedade contemporânea, as questões de identidade transcendem a questão da identidade nacional” (MADERS; WEBER, 2016, p. 8-9). Elas passam a ter visibilidade, a partir de uma enorme gama de comportamentos, símbolos e expectativas sociais e culturais, uma vez que no admirável mundo novo das oportunidades fugazes, as identidades ao estilo antigo, rígidas e inegociáveis, simplesmente não funcionam (BAUMAN, 2005, p. 33). A partir disso, a questão da identidade – no singular –,

está sendo extensamente discutida na teoria social. Em essência, o argumento é o seguinte: as velhas identidades, que

por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado (SILVA, 2000, p. 7).

É a própria sociedade quem questiona as bases que sustentam a identidade, de modo que muitas pessoas lapidam suas identidades conforme os seus interesses, os quais se modificam constantemente, sendo o dia a dia a mola propulsora deste processo de mudança, a exemplo do que ocorreu em 1994 numa carta espalhada pelas ruas de Berlim que ridicularizava a lealdade a estruturas que não eram mais capazes de conter as realidades do mundo: “Seu Cristo é judeu. Seu carro é japonês. Sua pizza é italiana. Sua democracia, grega. Seu café, brasileiro. Seu feriado, turco. Seus algarismos, analíticos. Suas letras, latinas”. (BAUMAN, 2005, p. 33).

Quanto aos aspectos sociais e culturais das tradições e identidades, Maders e Weber lecionam que “nas sociedades modernas e pós-modernas, houve o deslocamento das estruturas tradicionais e dos quadros de referência que ligavam a pessoa ao seu mundo social e cultural, bem como o deslocamento das identidades culturais nacionais” (2016, p. 9-10).

A partir desse deslocamento de identidades, pode-se afirmar que, tanto a identidade, quanto a diferença são “ativamente produzidas. Elas não são criaturas do mundo natural ou de um mundo transcendental, mas do mundo cultural e social” (SILVA, 2000, p. 76), são construídas a partir de autoafirmações. Castor Ruiz (2003, p. 117) assinala que a identidade se cria, se consolida e se desenvolve por meio de elementos simbólicos, se trama numa complexa interação entre sujeito e realidade.

Silva, (2000, p. 89) entende que “a identidade e a diferença estão estreitamente interligadas a sistemas de significação, a identidade é um significado – cultural e socialmente atribuído”. Portanto, os conceitos de identidade e diferença não se excluem. Conforme o autor, ambas estão associadas a sistemas de representação. Woodward (2014, p. 13) salienta que a identidade é, na verdade, relacional, e a diferença é estabelecida por uma marcação simbólica relativa a outras identidades.

Charles Taylor aponta que identidade significa “qualquer coisa como a maneira como a pessoa se define, como é que as suas características fundamentais fazem dela um ser humano” (1998, p. 45). No momento em

que uma pessoa se depara com outrem, em relações sociais, cada sujeito afirma a sua individualidade. Enquanto sujeitos de direitos, permanecem equânimes, porém, a alteridade faz com que ambos cresçam social e culturalmente.

Nesse ínterim, “somos nós que as fabricamos, no contexto de relações culturais e sociais. A identidade e a diferença são criações sociais e culturais (SILVA, 2000. p. 76). Nota-se que a noção de diferença pode ser construída

negativamente - por meio de exclusão ou da marginalização daquelas pessoas que são definidas como “outras” ou forasteiros. Por outro lado, ela pode ser celebrada como fonte de diversidade, heterogeneidade e hibridismo, sendo vista como enriquecedora: é o caso dos movimentos sociais que buscam resgatar as identidades sexuais dos constrangimentos da norma e celebrar a diferença (WOODWARD *in* SILVA, 2000, p. 50).

Cabe acentuar que tanto a identidade quanto a diferença estão ligadas a sistemas de representação, pois é através desta representação que “identidade e diferença fazem sentido”, passam a existir (SILVA, 2000, p. 91). Não se pode olvidar que as sociedades modernas não são conjuntos unos e coerentes, mas sim uma pluralidade de sistemas constituídos por diversas conexões. Logo, o contexto social engloba diversos sistemas de representação, possibilitando que uma grande diversidade de identidades floresça. Assim, “a palavra identidade pode ser usada para tratar de uma individualidade que é construída na relação com outras pessoas, ou seja, é relacionando-se com os outros que o sujeito poderá diferenciar-se, e, ao mesmo tempo, individualizar-se” (MADERS, WEBER, 2016).

Nesse sentido, a identidade forma-se a partir de experiências, as quais dependem de referências culturais, que estão difusas no(s) grupo(s) sociais em que os sujeitos estão inseridos. Ela está em constante transformação, e, para Hall, a identidade vincula-se a processos subjetivos: “[...] identidade é algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento” (HALL, 2006, p. 38). Portanto, a formação e transformação de identidades está diretamente vinculadas a um processo subjetivo, tendo por referência a identidade de um outro indivíduo ou grupo. As mudanças sociais, a tecnologia da informação e a diversidade de produtos

culturais são consequências do processo de globalização. Ao referir-se às mudanças de identidade, Maders e Weber referem que

muitas dessas mudanças estão relacionadas a globalização, que acarreta consequências sobre as identidades culturais, como a desintegração destas em face da homogeneização cultural, bem como o seu declínio e a ascensão de novas e híbridas identidades, que necessitam conviver. E como a identidade somente pode ser construída frente ao outro, é preciso entender esse processo que, inexoravelmente, atinge a todos os sujeitos, de uma forma ou de outra, com maior ou menor intensidade, de sorte que não há como prescindir os problemas da dimensão social (MADERS; WEBER, 2016, p. 21).

Em um contexto coletivo, a partir de uma abordagem sociológica, a identidade pode ser entendida como fonte de significado e de experiências de um povo. Consiste em um conjunto organizado de significados que estão em permanente mudança, pois “[...] as identidades são diversas e cambiantes, tanto nos contextos sociais nos quais elas são vividas, quanto nos sistemas simbólicos, por meio dos quais damos sentido a nossas próprias posições” (WOODWARD, *in* SILVA, 2000. p. 33).

Sobre a atribuição de sentidos às vivências pessoais, é importante salientar que a identidade não deve ser confundida com a atribuição de papéis sociais, pois esses determinam as funções que cada indivíduo deve exercer na sociedade (CASTELLS, 1999). O autor define, com clareza:

No que diz respeito a atores sociais, entendo por identidade o processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou, ainda, um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual(is) prevalece(m) sobre outras fontes de significado. Para um determinado indivíduo, ou, ainda, um ator coletivo, pode haver identidades múltiplas. No entanto, essa pluralidade é fonte de tensão e contradição, tanto na auto representação, quanto na ação social. Isso porque é necessário estabelecer a distinção entre a identidade e o que tradicionalmente os sociólogos têm chamado de papéis, e conjunto de papéis. Papéis (por exemplo, ser trabalhador, mãe, vizinho, militante socialista, sindicalista, jogador de basquete, frequentador de uma determinada igreja e fumante, ao mesmo tempo) são definidos por normas estruturadas pelas instituições e organizações da sociedade. A importância relativa dos papéis no ato de influenciar o comportamen-

to das pessoas depende de negociações e acordos entre os indivíduos e essas instituições e organizações. Identidades, por sua vez, constituem fontes de significado para os próprios atores, por eles originadas, e construídas por meio de um processo de individuação. Embora, [...] as identidades também possam ser formadas a partir de instituições dominantes, somente assumem tal condição quando e se os atores sociais as internalizam, construindo seu significado com base nessa internalização (1999, p. 22-3).

No processo de socialização, “a construção da identidade é tanto simbólica, quanto social. A luta para afirmar as diferentes identidades, têm causas e consequências materiais” (WOODWARD, 2007, p. 10). Dentre as consequências materiais, pode-se citar guerras, etnocídios e fanatismos. Existe, também, a compreensão de que a identidade é autossuficiente, tratando-se de uma afirmação de atributos individuais e coletivos. Silva leciona que

A identidade é simplesmente aquilo que é: “sou brasileiro”, “sou negro”, “sou heterossexual”, “sou jovem”, “sou homem”. A identidade assim concebida parece ser uma positividade (“aquilo que sou”), uma característica, um “fato” autônomo. Nessa perspectiva, a identidade só tem como referência a si própria: ela é autossuficiente (SILVA, 2000, p.1)..

No entanto, referir/afirmar uma identidade, nem sempre, significa que ela será reconhecida, pois ela é “formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam” (HALL, 2002, p. 13). Conforme ensina Touraine (1998, p. 72), somos iguais entre nós somente porque somos diferentes uns dos outros.

### **3. FORJANDO IDENTIDADES**

Neste momento, convém destacar o papel das instituições sociais na formação da identidade que, ao produzir e reproduzir os valores e práticas sociais, são responsáveis por motivá-la. Assim, os atores sociais exercem pressões sociais, políticas e culturais que influenciam a validação e legitimação de uma identidade, em detrimento de outras, em um processo de produção da diferença. Desse contexto, resultam efeitos negativos, como



a desigualdade e a exclusão (WOODWARD, *in* SILVA, 2000, p. 9). Para Castells, a identidade está vinculada aos atores sociais, na medida em que significa um “processo de construção de significado, com base em um atributo cultural ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual(is) prevalece(m) sobre outras fontes de significado. Para um determinado indivíduo ou ainda um ator coletivo, pode haver identidades múltiplas” (CASTELLS, 2002, p. 20).

A existência de identidades múltiplas entre comunidades de indivíduos sugere que existe um processo de aproximação, de coesão de sujeitos com interesses, objetivos e demandas semelhantes. Pode-se notar que há um processo inverso, de afastamento, de não reconhecimento do diferente:

a afirmação da identidade e a marcação da diferença implicam, sempre, as operações de incluir e de excluir. Como vimos, dizer “o que somos” significa também dizer “o que não somos”. A identidade e a diferença se traduzem, assim, em declarações sobre quem pertence e sobre quem não pertence, sobre quem está incluído e quem está excluído. Afirmar a identidade significa demarcar fronteiras, significa fazer distinções entre o que fica dentro e o que fica fora. A identidade está sempre ligada a uma forte separação entre “nós” e “eles”. Essa demarcação de fronteiras, essa separação e distinção, supõem e, ao mesmo tempo, afirmam e reafirmam relações de poder (SILVA, 2009, p. 82).

A ocorrência dos processos de afirmação da identidade e da marcação da diferença evidenciam a necessidade da efetivação de direitos culturais, que promovam e protejam a diversidade. A efetividade dos direitos culturais possibilita ruptura de paradigmas culturais, positivos ou negativos. Enquanto conceito, os direitos culturais “podem ser definidos como os direitos de uma pessoa, sozinha ou coletivamente, de exercer livremente atividades culturais para vivenciar seu processo nunca acabado de identificação, o que implica o direito de aceder aos recursos necessários para isso” (MEYER-BISCH, 2011, p. 28).

Os direitos culturais conduzem à proteção das múltiplas identidades que compõe uma coletividade. Voltam-se para o “reconhecimento de diferenças como elemento de realização do princípio da igualdade” (SANTOS, 2009, p. 77). Sua abrangência

deverá compreender a totalidade dos direitos que têm a ver com os processos culturais: as liberdades de criação artística, científica e de comunicação cultural, os direitos autorais, o direito de acesso à cultura, o direito à identidade e à diferença cultural, o direito à conservação do patrimônio cultural (PEDRO, 2011, p. 45).

É nesse contexto que o dinamismo histórico indica que a diferença cultural assume um papel muito importante na formação de identidades que favoreçam o reconhecimento pleno e verdadeiro de identidades que não estejam de acordo com as expectativas coletivas de normalização/padronização cultural. Santos e Lucas situam, historicamente, o momento em que a diferença começa a ter destaque na luta por direitos:

A partir da década de sessenta do século passado, com a agudização de lutas políticas por diferentes grupos que compunham as sociedades multifacetadas dos países do norte, passaram a ocorrer reações culturais, comportamentais, políticas e filosóficas voltadas a propor noções mais inclusivas e, simultaneamente, respeitadoras da diversidade de concepções alternativas da dignidade humana que não mais se sustentavam sobre a ideia de igualdade, mas a criticavam a partir de novas visões de mundo, nas quais a diferença passou a ocupar um lugar destacado (SANTOS; LUCAS, 2015, p. 47).

Esses grupos organizaram-se e constituíram movimentos sociais, e, para Santos e Lucas (2015, p. 49), “o que todos esses grupos tinham em comum era a necessidade de reconhecimento de suas diferenças socioculturais”. Eles precisavam buscar o reconhecimento de seus direitos através de lutas.

A diferença é fundamental para a preservação da diversidade, mas sempre existe uma tendência de adotar determinados atributos de identidade hegemônicos, ao fixar uma identidade como norma, num processo de hierarquização das igualdades e diferenças (SILVA, 2000). Conforme a diferença é reconhecida, positiva e/ou negativamente, pode tanto gerar exclusão, quanto enriquecimento cultural. O autor, ainda, refere que

Normalizar significa eleger - arbitrariamente - uma identidade específica como o parâmetro em relação ao qual as outras identidades são avaliadas e hierarquizadas. Normalizar significa atribuir a essa identidade todas as características positivas possíveis, em relação às quais as outras identidades só

podem ser avaliadas de forma negativa. A identidade normal é “natural”, desejável, única (SILVA, 2000).

A expectativa de que uma identidade seja considerada “normal” produz ansiedade e sentimento de exclusão social em quem não pode ou não consegue adequar-se. Silva (2000, p. 83) afirma que a “força da identidade normal é tal que ela nem sequer é vista como uma identidade, mas simplesmente como a identidade”. O autor ainda argumenta que:

Numa sociedade em que impera a supremacia branca, por exemplo, “ser branco” não é considerado uma identidade étnica ou racial. Num mundo governado pela hegemonia cultural estadunidense, “étnica” é a música ou a comida dos outros países. É a sexualidade homossexual que é “sexualizada”, não a heterossexual. A força homogeneizadora da identidade normal é diretamente proporcional à sua invisibilidade (SILVA, 2000).

No entanto, as diferenças culturais, frequentemente, são alvo de juízos de valor. Esta busca de legitimidade social de comportamentos e práticas sociais possui forte potencial para produzir discriminações e estranhamentos entre indivíduos e entre grupos sociais, uma vez que a busca por poder está presente:

Na disputa pela identidade está envolvida uma disputa mais ampla por outros recursos simbólicos e materiais da sociedade. A afirmação da identidade e a enunciação da diferença traduzem o desejo dos diferentes grupos sociais, assimetricamente situados, de garantir o acesso privilegiado aos bens sociais. A identidade e a diferença estão, pois, em estreita conexão com relações de poder. O poder de definir a identidade e de marcar a diferença não pode ser separado das relações mais amplas de poder. A identidade e a diferença não são, nunca, inocentes (SILVA, 2000, p. 83).

Como resposta a estes tensionamentos, buscou-se proteger, juridicamente, a luta por reconhecimento, especialmente através da teoria do direito à diferença, que consiste em

uma ampliação, no interior da cultura do direito, da afirmação de formas de luta por reconhecimento. A ampliação elástica do conceito de direito, para abranger também a ideia de um direito à diferença, consolida a ambição de diferenciação, dentro de sociedades modernas que tendem a produzir ho-

mogeneização e padronização (BITTAR, 2009, p. 553).

Nesse sentido, chama-se à tona a teoria do reconhecimento, a qual possui relevância significativa para o desenvolvimento dos temas tratados neste artigo. A partir das relações entre o indivíduo e a comunidade, entre a identidade e a diversidade, é possível verificar conflitos nos quais a intersubjetividade se mostra aparente. Sobre a temática, Werle aponta que

a partir da ideia de reconhecimento, pode se desdobrar um conceito de intersubjetividade, aonde formas diferentes de sociabilidade vão surgindo, no decorrer dos próprios conflitos em torno do reconhecimento, nas quais as pessoas, ao mesmo tempo, afirmam sua subjetividade autônoma e reconhecem-se na sua pertença comunitária. Ou seja, a relação constitutiva entre identidade pessoal e a práxis cultural e as instituições é entendida não como relação instrumental ou relação de dependência orgânica, substantiva, do indivíduo com a comunidade, mas como relação reflexiva de reconhecimento recíproco. O reconhecimento permite uma reconciliação, sempre passível de revisão, quando for o caso, entre diferença e identidade (WERLE, 2004, p. 52).

A existência ou não de reconhecimento do indivíduo pela comunidade em que ele está inserido é um aspecto fundamental para a sua constituição identitária. Nesse sentido, Charles Taylor (1994, p. 46) aponta que o reconhecimento do indivíduo pelos semelhantes “é uma necessidade humana vital”. O autor apregoa que é no reconhecimento que as identidades são moldadas:

A tese consiste no fato de a nossa identidade ser formada, em parte, pela existência ou inexistência de reconhecimento e, muitas vezes, pelo reconhecimento incorreto dos outros, podendo uma pessoa ou grupo de pessoas serem realmente prejudicadas, serem alvo de uma verdadeira distorção, se aqueles que os rodeiam refletirem uma imagem limitativa, de inferioridade ou de desprezo por eles mesmos (TAYLOR, 1994, p. 46).

O vínculo entre identidade e reconhecimento é legítimo, pois sabe-se que a vida humana possui caráter dialógico. Nesse sentido, “tornamo-nos em verdadeiros agentes humanos, capazes de nos entendermos e, assim, de definirmos as nossas identidades, quando adquirimos linguagens humanas de expressão, ricas de significado” (TAYLOR, 1994, p. 52). O

autor também salienta que a formação do reconhecimento de identidades coletivas e individuais é possibilitada pelo exercício dialógico.

Ao analisar a intersubjetividade, Honneth (2003, p. 29) entende que o conflito é intrínseco para a sua formação, sendo que o mesmo ocorre com a subjetividade. Dessa forma, para o autor, trata-se de uma luta moral, visto que a organização da sociedade é dependente das obrigações intersubjetivas. A partir disso, os sujeitos buscam o reconhecimento recíproco de suas identidades, o que provoca uma pressão intra-social para o estabelecimento prático e político das instituições garantidoras de liberdade.

Honneth (2003) aponta que o reconhecimento é composto por três tipos de relação – as primárias, guiadas pelo amor, as jurídicas, pautadas pelas leis e as decorrentes da esfera do trabalho, em que os indivíduos podem mostrar-se úteis para o conjunto da coletividade. O autor sistematiza a sua teoria do reconhecimento: “são as lutas moralmente motivadas de grupos sociais, sua tentativa de estabelecer institucional e culturalmente formas ampliadas de reconhecimento recíproco, aquilo por meio do qual vem a se realizar a transformação normativamente gerida das sociedades” (HONNETH, 2003, p. 156).

Esse conceito de reconhecimento mostra-se adequado para as pretensões deste escrito, pois seu conceito se aplica às lutas vinculadas ao reconhecimento de vivências de gênero, nas quais predomina o respeito às diferenças, em oposição aos valores patriarcais. Conforme Bauman (2003, p. 75), “sempre que a questão do reconhecimento é levantada é porque certa categoria de pessoas se considera relativamente prejudicada e não vê fundamento para essa privação”.

Nessa perspectiva, faz-se necessário compreender que a identidade é produzida através da interação dos sujeitos sociais, no transcorrer da história. Tanto individual, quanto coletivamente, busca-se a afirmação dos valores e práticas culturais, sempre tendo como referência um grupo ou indivíduos diferentes.

As identidades são características fundamentais da experiência humana, pois possibilitam aos seres humanos a sua constituição como sujeitos no mundo social. O gênero refere-se à identidade com a qual a pessoa se identifica ou se autodetermina, independe do sexo e está mais relacionado ao papel que a pessoa tem na sociedade e como ela se reconhece,

sendo um fenômeno social.

#### **4. O GÊNERO ENQUANTO MANIFESTAÇÃO CULTURAL PATRIARCAL**

Sabe-se que gênero é um conceito, um conjunto de qualidades e características físicas e psicológicas cultural e socialmente construído. A ciência clássica determinou que homens e mulheres são, essencialmente, diferentes. No entanto, as descobertas alcançadas, através da evolução das técnicas de pesquisa, provaram o contrário. Homens e mulheres possuem muito mais semelhanças do que se imaginava. Através da dominação, homens impuseram seus conceitos e práticas culturais através do patriarcalismo.

De acordo com Bordieu, gênero é um conceito relacional que integra um sistema de dominação simbólica, onde as relações entre homens e mulheres são perpassadas pelo poder do homem, pois “o princípio masculino é tomado como medida de todas as coisas” (BORDIEU, 1999, p. 23). Nesse sentido, percebe-se a estruturação da primazia do masculino sobre o feminino, externalizada num discurso produzido a partir do reconhecimento negativo da feminilidade e positivo da masculinidade.

Para o autor, as diferenças visuais entre os órgãos masculino e feminino são constituintes de uma “construção social que encontra seu princípio nos princípios da divisão da razão androcêntrica” (BORDIEU, 1999, p. 24). A partir dessa afirmação, pode-se constatar que existe uma ordem social arbitrária, dominante. A diferença é utilizada para legitimar “uma relação de dominação, inscrevendo-a em uma natureza biológica que é, por sua vez, ela própria uma construção social naturalizada” (BORDIEU, 1999, p. 33). A dominação masculina é possibilitada e articulada a partir das instituições sociais, que são fundamentais para o processo de reprodução dos valores de gênero. A propósito:

O trabalho de reprodução esteve garantido, até época recente, por três instâncias principais, a Família, a Igreja e a Escola, que, objetivamente orquestradas, tinham em comum o fato de agirem sobre as estruturas inconscientes. É, sem dúvida, à família que cabe o papel principal na reprodução da dominação e da visão masculinas; é na família que se impõe a experiência precoce da divisão sexual do trabalho e da representação legítima dessa divisão, garantida pelo direito e inscrita

na linguagem. Quanto à Igreja, marcada pelo antifeminismo profundo (...) ela inculca (ou inculcava) explicitamente uma moral familiarista, completamente dominada pelos valores patriarcais e principalmente pelo dogma da inata inferioridade das mulheres [...]. Por fim, a Escola, mesmo quando já liberta da tutela da igreja continua a transmitir os pressupostos da representação patriarcal (baseada na homologia entre a relação homem/mulher e a relação adulto/criança) e sobretudo, talvez, os que estão inscritos em suas próprias estruturas hierárquicas, todas sexualmente conotadas, entre as diferentes [...] faculdades, entre as disciplinas ('moles ou duras' [...]), entre as especialidades, isto é, entre as maneiras de ser e as maneiras de ver, de se ver, de se representarem as próprias aptidões e inclinações (BORDIEU, 1999, p. 103-4).

O Estado, vale lembrar, também possui papel fundamental na reprodução da dominação masculina. Ao desempenhar o papel de mantenedor de escolas e ao aproximar-se de instituições religiosas, compactua com a ideologia patriarcal, a qual tem por base a dominação do homem sobre a mulher. Bordieu esclarece que:

o papel do Estado, que veio ratificar e reforçar as prescrições e as proscricções do patriarcado privado com as de um patriarcado público, inscrito em todas as instituições encarregadas de gerir e regulamentar a existência quotidiana da unidade doméstica [...] (como) o direito de família [...] sua estrutura mesma, com a oposição entre os ministérios financeiros e os ministérios de administração, entre sua mão direita, paternalista, familiarista e protetora, e sua mão esquerda, voltada para o social, (reproduzindo) a divisão arquetípica entre o masculino e o feminino, ficando as mulheres com a parte ligada ao Estado social, não só como responsáveis por, como enquanto destinatárias privilegiadas de seus cuidados e de seus serviços (BORDIEU, 1999, p. 105-106).

A instituição "família" também desempenha um papel essencial na reprodução da ideologia patriarcal. Trata-se do lugar onde os sujeitos têm o seu primeiro contato com os valores sociais vigentes em determinado momento histórico. Não há dúvida de que a dominação masculina aí se manifesta:

se a unidade doméstica é um dos lugares em que a dominação masculina se manifesta de maneira mais indiscutível (e

não só através do recurso à violência física), o princípio de perpetuação das relações de força materiais e simbólicas que aí se exercem se coloca essencialmente fora desta unidade, em instâncias como a Igreja, a Escola ou o Estado e em suas ações propriamente políticas, declaradas ou escondidas, oficiais ou oficiosas (BORDIEU, 1999, p. 13).

Esse contexto legitimou, - consoante a afirmação do domínio da identidade masculina em oposição à feminina -, inclusive, com as instituições sociais atuando, ativamente, o discurso da superioridade masculina e inferioridade feminina. Portanto, o uso do poder é um elemento fundamental para a efetivação dessa dominação: “as relações de poder foram impostas aos homens e às mulheres, nem sempre por meio de coerção física, mas incutidos na subjetividade humana” (ANGELIN; MADERS, 2010, p. 124). Existem, pois, práticas de gênero que não são igualitárias, as quais reproduzem e

produzem o poder do homem sobre a mulher assim como o poder de alguns homens sobre outros homens (por exemplo, a dominância da masculinidade branca heterossexual, urbana, sobre outras masculinidades distintas), que estão desta forma reforçando a construção social do gênero baseada na hierarquia de poder. Assim, falar de transformação da masculinidade é ao mesmo tempo falar sobre o modo como os homens são sexuais em nossa cultura e sobre as tensões envolvidas no processo de reconfiguração das masculinidades (GARCIA, 2001, p. 41).

Pode-se vincular a necessidade e o desejo (atribuídos) de poder aos gêneros masculino e feminino, na perspectiva dualista de gênero. Foucault entende que o poder significa uma interação de forças, o que se aplica às relações intergêneros e intragêneros.

Dizendo poder, não quero significar ‘o poder’, como um conjunto de instituições e aparelhos garantidores da sujeição dos cidadãos em um estado determinado. Também não entendo poder como um modo de sujeição que, por oposição à violência, tenha a forma de regra. Enfim, não o entendo como um sistema geral de dominação exercida por um elemento ou grupo sobre o outro e cujos efeitos, por derivações sucessivas, atravessem o corpo social inteiro. A análise em termos de poder não deve postular, como dados iniciais, a soberania do Estado, a forma da lei ou a unidade global de



uma dominação; estas são apenas e, antes de mais nada, suas formas terminais. Parece-me que se deve compreender o poder, primeiro, como a multiplicidade de correlações de forças imanentes ao domínio onde se exercem as constitutivas de sua organização; o jogo que, através de lutas e afrontamentos incessantes as transforma, reforça, inverte; os apoios que tais correlações de força encontram umas nas outras, formando cadeias ou sistemas ou ao contrário, as defasagens e contradições que as isolam entre si; enfim, as estratégias em que se originam e cujo esboço geral ou cristalização institucional toma corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei, nas hegemonias sociais (FOCAULT, 1993, p. 88-89).

Essas hegemonias sociais refletem na percepção de controle do corpo através de regras e limitações. Ocupar posições de poder permite aos indivíduos e aos grupos manipularem símbolos e estipularem um consenso sobre o significado destes símbolos, das identidades e do sentido da realidade, permitindo assim aos membros da fração dominante explorar os interesses materiais e simbólicos dos grupos menos poderosos, como assinala Edgar Montiel (2003). É isso que observamos em relação à projeção de superioridade construída pelo homem sobre a mulher.

### **5. A (DES)CONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES DE GÊNERO**

Gênero significa, tanto um elemento constitutivo de relações sociais, quanto uma forma de dar significado às relações de poder, às quais induzem ao controle dos corpos. Scott (1990) aponta que o conceito de gênero

tem duas partes e diversos subconjuntos, que estão relacionados, mas devem ser analiticamente diferenciados. O núcleo da definição repousa numa conexão integral entre duas proposições: (1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder. As mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre a mudanças nas representações de poder, mas a mudança não é unidirecional (SCOTT, 1990, p. 86).

À feminilidade, estão vinculadas qualidades como a passividade, o cuidado, a sensibilidade, a sociabilidade, a vulnerabilidade e a não-violência. Quanto a questões de ordem moral, sofre restrições de

maior intensidade. Assim aponta Saffioti: “as mulheres são ‘amputadas’, sobretudo no desenvolvimento da razão e no exercício de poder. Elas são socializadas para desenvolver comportamentos mais dóceis, cordatos e apaziguadores” (2004, p. 35).

À masculinidade, destinam-se a audácia, a conquista, a atividade, a dominação, a impetuosidade e a agressividade. Saffioti leciona que os homens “são estimulados a desenvolver condutas agressivas, perigosas, que revelam força e coragem” (2004, p. 35). Há muito mais liberdade no comportamento moral masculino. No entanto, quando se refere a apropriação de comportamentos considerados femininos, o homem que o fez é repreendido, pois “qualquer possibilidade de demonstração de ternura, carinho ou dor é diretamente associada a uma dúvida sobre a escolha sexual. Para um homem, ter os afetos fora das trilhas definidas socialmente para eles é sinal de que a heterossexualidade não vingou” (NOLASCO,1995, p.18). A partir do conhecimento reproduzido pelas instituições sociais, a masculinidade

passa a ser apreendida como algo que expressa um valor positivo na qualidade de significação social e representação simbólica formulada pela cultura, o que se caracteriza sob uma separação entre o universo masculino e o feminino. Essa clivagem é expressa quando em relação às qualidades físicas, sociais e culturais estão diretamente ligadas aos papéis que a sociedade atribui aos sexos e que são confundidos com as diferenças ligadas à fisiologia da reprodução (FERNANDES, 2011, p. 28).

As diferenças biofisiológicas são usadas como justificativa para as diferenças sociais entre os sexos. A identidade de gênero, na abordagem dualista,

é algo construído culturalmente, tanto para o homem quanto para a mulher. O masculino se prevalece da sua hegemonia para impor definições que o tornam ainda mais hegemônico. O estereótipo e os mal-entendidos resultam daí: confundido que é com o falo (fator psíquico comum a homens e mulheres), o pênis torna-se um instrumento de força. Homem tem que ser penetrador, mandão, duro, reservado. E seu pênis deve estar sempre pronto para caçar. Neste contexto, o homem se faz masculino em oposição ao feminino, o pe-

netrado – ou, na fantasia falocêntrica, o castrado. O ponto de vista hegemônico e falocêntrico considera a mulher a ser penetrada como um apêndice do pênis penetrador (TREVISAN, 2010).

Scott (1989, p. 15) enfatiza que gênero foi descrito como “um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças de poder percebidas entre os sexos, e o gênero é a forma primeira de significar as relações de poder”. Gênero está relacionado com processos sociais vinculados ao dinamismo histórico. Louro destaca que “as relações entre homens e mulheres, os discursos e as representações dessas relações estão em constantes mudanças” (LOURO, 2004, p. 35). Nesse sentido,

as questões de gênero e sexualidade mudaram com o tempo, variam consideravelmente conforme culturas e instigam uma série de reflexões. Na contemporaneidade, fala-se da crise do macho, por exemplo, no enfrentamento de novos papéis sociais há afloramento do desejo e das fantasias. Há controvérsias sobre vantagens e desvantagens das transformações sociais ao longo da história, muitas vezes apoiada pela ciência, para homens e mulheres. Há também uma multiplicidade de papéis e de combinações entre sexo, gênero, aparência física e preferências sexuais sem precedentes (GOUVEIA, 2010).

Gênero, enquanto conceito motivado pelo dualismo homem/mulher, motiva um processo cultural de construção dos papéis, das identidades masculina e feminina, homem e mulher, que vincula cada um a determinados comportamentos. Enquanto constroem-se como sujeitos, os indivíduos transitam entre as identidades de gênero e as questionam, já que estas identidades pré-determinadas social e culturalmente impõem padrões de comportamento tidos como ‘normais’ ou ‘aceitos’ aos indivíduos. O binarismo homem/mulher é rompido, desconstruído, a partir da teoria *queer* (LOURO, 2008), de modo que, segundo a autora, uma das

consequências mais significativas da desconstrução dessa oposição binária reside na possibilidade que abre para que se compreendam e incluam as diferentes formas de masculinidade e feminilidade que se constituem socialmente. A concepção dos gêneros como se produzindo dentro de uma lógica dicotômica implica um polo que se contrapõe a outro (portanto, uma ideia singular de masculinidade e de feminilidade), e isso supõe ignorar ou negar todos os sujeitos sociais

que não se “enquadram” em uma dessas formas. Romper a dicotomia poderá abalar o enraizado caráter heterossexual que estaria na visão de muitos/as, presente no conceito “gênero”. Na verdade, penso que o conceito só poderá manter sua utilidade teórica na medida em que incorporar esses questionamentos. Mulheres e homens que vivem feminilidades e masculinidades de formas diversas das hegemônicas e que, portanto, muitas vezes não são representados/as ou reconhecidos/as como “verdadeiras/verdadeiros” mulheres e homens, fazem críticas a esta estrita e estreita concepção binária (LOURO, 2008, p. 34).

Assim, há espaço para o surgimento de novas vivências da sexualidade, novas representações de gênero:

É possível pensar as identidades de gênero de modo semelhante: elas também estão continuamente se construindo e se transformando. Em suas relações sociais, atravessadas por diferentes discursos, símbolos, representações e práticas, os sujeitos vão se construindo como masculinos ou femininos, arranjando e desarranjando seus lugares sociais, suas disposições, suas formas de ser e de estar no mundo. Essas construções e esses arranjos são sempre transitórios, transformando-se não apenas ao longo do tempo, historicamente, como também, transformando-se na articulação como as histórias pessoais, as identidades sexuais, étnicas, de raça, de classe (LOURO, 2013, p. 32).

Nessa perspectiva, a teoria *queer* ganha relevo nas relações de gênero, de modo que a orientação sexual e a identidade sexual ou de gênero dos indivíduos são resultado de uma construção social. Sendo assim, não existem papéis sexuais essencial e biologicamente inscritos na natureza humana. Existem, na verdade, formas socialmente variáveis de desempenhar um ou vários papéis sexuais.

A teoria *queer* propõe a desconstrução dos estudos sobre sexualidade e gênero canônicos (consagrados) e criam uma nova proposta que leva em consideração as minorias sexuais e de gênero em sua multiplicidade e diversidade sociocultural (MISKOLCI, 2009), uma vez que pensar sobre gênero também é pensar sobre liberdade e cidadania, ou seja, em direitos fundamentais. Não existem certezas, mas questões sobre “um humano mais plural”.

Originária dos Estados Unidos, em meados da década de 80, a teoria

aprofunda as críticas feministas à ideia de que gênero é parte essencial do ser individual, bem como busca ir além das teorias baseadas na oposição entre homens e mulheres, procurando aprofundar os estudos sobre minorias sexuais (bissexuais, gays, lésbicas e transgêneros) e levando em maior consideração os processos mais amplos e relacionados que sexualizam a sociedade como um todo, ou seja, que “heterossexualizam e/ou homossexualizam instituições, discursos e direitos” (MISKOLCI, 2009).

Em 1990, a filósofa estadunidense Judith Butler, estudiosa do tema, publicou o livro “Problemas de Gênero”. Para ela, o gênero é uma produção social, ou seja, é um ato intencional construído ao longo dos anos, de fora para dentro e de dentro para fora. Consoante com a autora, gênero não deve ser visto como um atributo físico de uma pessoa, mas como uma variável fluida, apresentando diferentes configurações.

Nessa linha, Butler acredita que é preciso tratar os papéis homem-mulher ou feminino-masculino não como categorias fixas, mas constantemente mutáveis, fora do padrão voltado para a reprodução. A filósofa busca desconstruir todo tipo de identidade de gênero que oprime as características pessoais de cada um, já que cada ser humano pode se (re)inventar.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dignidade da pessoa humana, fundamento do Estado Democrático de Direito, torna imperativa a proteção aos direitos humanos, com protagonismo das atividades estatal, social e individual. A identidade não pode ser encarada como uma categoria fixa ou imutável, pelo contrário, é um processo multifacetado, marcado pela alteridade, e, por essa razão, não se pode admitir a concepção de identidades impostas ou herdadas, visto que cada indivíduo tem a possibilidade de construir e desconstruir sua(s) identidade(s).

O estudo abordou o gênero na contemporaneidade, sob a ótica da diferença, da diversidade e da identidade, enquanto expressão e construção cultural/social. Nesse sentido, discorreu-se acerca da identidade em um cenário de pluralismo cultural no mundo globalizado que provocou o declínio do modelo unitário do Estado-Nação moderno, liberal e ocidental para, então, em um segundo momento, abordar o papel dos atores sociais que exercem pressões sociais, políticas e culturais e acabam influenciando

a validação e legitimação de uma identidade, em detrimento de outras, em um processo de menosprezo à diferença, o que, por consequência, gera efeitos negativos, como a desigualdade e a exclusão.

A identidade e a diferença se expressam em enunciados sobre quem pertence e sobre quem não pertence, ou seja, quem está incluído e quem está excluído, uma vez que ao tempo em que se anuncia a identidade se distingue o que está dentro e o que está fora, como um processo de classificação. Tal classificação gera, indubitavelmente, hierarquização, o que, na presente pesquisa, se reflete no gênero enquanto construção social e cultural, criando, assim, uma ordem social arbitrária, na qual a diferença é exteriorizada na classificação binária: masculino-dominante em detrimento do feminino-dominado.

Em contraponto a essas identidades arquitetadas historicamente, surge um movimento que descaracteriza a construção cultural de gênero na contemporaneidade. A teoria *queer*, aqui estudada, desconstrói os estudos sobre sexualidade e gênero consagrados, dando azo a uma proposta que leva em conta as minorias sexuais e de gênero em sua multiplicidade e diversidade sociocultural, afirmando que a diversidade é um direito que pugna pelo reconhecimento da dignidade da pessoa humana, sobretudo pelo respeito às diferenças. Essa teoria busca materializar os direitos humanos e fundamentais das minorias historicamente negadas, resguardando a liberdade que cada sujeito tem de estruturar sua história, corrompendo com determinados sistemas de dominação simbólicos e representativos estabelecidos no passado em prol de uma sociedade que valoriza a pluralidade.

## REFERÊNCIAS

ANGELIN, Rosângela; MADERS, Angelita Maria. A construção da equidade nas relações de gênero no ordenamento jurídico brasileiro: avanços e desafios. In: COPETTI, André Leonardo; DEL'OMO, Florisbal de Souza [Orgs.]. **Diálogo e entendimento: direito e multiculturalismo & cidadania e novas formas de solução de conflitos**. V. 2. 2010.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Tradução, Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

\_\_\_\_\_. **Comunidade. A busca por segurança no mundo atual.** Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

BITTAR, Eduardo Carlos Bianca. **Reconhecimento e direito à diferença:** teoria crítica, diversidade e a cultura dos direitos humanos. 2009. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view-File/67869/70477>>. Acesso em 17 de Julho de 2016.

BOURDIEU, Pierre. A dominação da masculinidade. In: **Revista Educação e Realidade.** São Paulo: UNICAMP, n. 20, v. 2, p. 133-184, jul./dez., 1995.

CASTELLS, Manuel. **A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura – O Poder da Identidade.** Vol.II. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

\_\_\_\_\_. **O poder da identidade.** São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FERNANDES, Bernardo Gonçalves. **Curso de Direito Constitucional.** 3. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

FOUCAULT, Michael. **História da Sexualidade I:** a Vontade de Saber. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

GARCIA, Sandra Mara. Conhecer os homens a partir do gênero e para além do gênero. In: **Homens e masculinidades:** outras palavras. São Paulo: Editora 34, 2001.

GOUVEIA, Flávia. O posto do oposto: há uma crise dos gêneros na contemporaneidade?. **Revista Luz - CPFL Cultura,** 10 fev. 2010.

HALL, Stuart. **Identidade Cultural na Pós-Modernidade.** São Paulo: DP&A EDITORA, 2006.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento:** a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: ed. 34. 2003.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação.** 7ª ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

\_\_\_\_\_. **Gênero, sexualidade e educação:** uma perspectiva pós-estruturalista. 15ª ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

\_\_\_\_\_. **Um corpo estranho:** ensaios sobre sexualidade e teoria *queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MADERS, Angelita Maria; WEBER, Ana Laura. Identidade(s): Uma Reflexão diacrônica acerca de suas diversas concepções. In: GIMENEZ,

Charlise Paula Colet; LYRA, José Francisco Dias da Costa (Orgs). **Diálogo e entendimento: direito e multiculturalismo & políticas de cidadania e resolução de conflito**. Tomo 7. Campinas: Millennium, 2016.

MISKOLCI, Richard. **A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização**. Sociologias, Porto Alegre, v. 11, n. 21, p. 150-182, jan./jun. 2009.

MONTIEL, Edgar. A nova ordem simbólica: a diversidade cultural na era da globalização. In: SIDEKUM, Antônio (org.). **Alteridade e Multiculturalismo**. Ijuí: Editora Unijuí, 2003.

NOLASCO, Socrates. **O mito da masculinidade**. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.

PEDRO, Jesús Pietro de. Direitos Culturais, o filho pródigo dos direitos humanos. In: **Revista Observatório Itaú Cultural / OIC** – n. 11 (jan./abr. 2011). São Paulo: Itaú Cultural, 2011.

RUIZ, Castor M. M. Bartolomé. O (ab)uso da tolerância na produção de subjetividades flexíveis. In: SIDEKUM, Antônio (org.). **Alteridade e Multiculturalismo**. Ijuí: Editora Unijuí, 2003.

SAFFIOTI, Helieteth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, André Leonardo Copetti; LUCAS, Doglas Cesar. **A (in)diferença no Direito**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2015.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Direitos Humanos: o desafio da interculturalidade. In: **Revista de Direitos Humanos**, Brasília, n. 2, p. 10-18, jun. 2009. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/sedh/documentos/revistadh2.pdf>>. Acesso em: 14 mar. 2015

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, v.15, n. 2, 1990.

SILVA, Tomaz Tadeu. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu (org. e trad.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 73-102.

\_\_\_\_\_. **Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais / Tomaz Tadeu da Silva (org.)**. Stuart Hall, Kathryn Woodward. 9.ed – Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.



TAYLOR, Charles. A política do reconhecimento. In: TAYLOR, Charles (Org.). **Multiculturalismo: examinando a política de reconhecimento**. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

\_\_\_\_\_. **Multiculturalismo: examinando a política de reconhecimento**. Lisboa, Piaget: 1998.

TOURAINÉ, Alain. **Igualdade e Diversidade: o sujeito democrático**. São Paulo: EDUSC, 1998.

TREVISAM, João Silvério. O masculino nos tempos contemporâneos. In: **Revista Eletrônica Luz**, 2010.

WERLE, Denílson Luis. **Lutas por reconhecimento e justificação da normatividade. (Rawls, Taylor e Habermas)**. Tese apresentada no Departamento de Filosofia da USP para a obtenção do título de Doutor. São Paulo, 2004.

WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual**. Petrópolis: Vozes, 2000.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença. A perspectiva dos estudos culturais**. 15. ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2014.

